



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

ATA Nº 11/2014

----- Aos treze dias do mês de junho do ano dois mil e catorze, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Rio Maior, realizou-se uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Rio Maior, sob a presidência de Carlos Fernando Frazão Correia, estando presentes os Vereadores João António Lopes Candoso, Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo, Carlos Alberto Nazaré Almeida, Daniel Alexandre Pulquério Pinto e Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo. -----

----- JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS -----

----- O Vice-Presidente da Câmara justificou a ausência da Presidente da Câmara por estar em representação do município na Associação Nacional de Municípios de Portugal. -----

----- Pelas dez horas, verificando-se a existência de quórum, o Vice-Presidente da Câmara deu início aos trabalhos da presente sessão. -----

----- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- APROVAÇÃO DE ATAS -----

----- A ata da reunião de Câmara de 23 de maio de 2014 será presente à próxima reunião para discussão e aprovação. -----

----- DISPONIBILIDADES DE TESOURARIA -----

----- A Câmara tomou conhecimento que as disponibilidades de tesouraria relativas ao dia anterior eram as seguintes: -----

----- Operações Orçamentais: um milhão, cento e setenta mil, oitocentos e vinte e nove euros e noventa e nove cêntimos. -----

----- Operações não Orçamentais: cento e três mil, setecentos e setenta e nove euros e trinta e oito cêntimos. -----

----- ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO -----

----- FREGUESIA DE VIALONGA – MOÇÃO EM DEFESA DO INTERESSE PÚBLICO E DO SETOR PÚBLICO DOS RESÍDUOS URBANOS: REPRIVATIZAÇÃO DA EGF E PRIVATIZAÇÃO DA VALORSUL -----

----- RESULTADOS DA GALA DE VINHOS DO TEJO 2014 -----

----- MUNICÍPIO DE VILA FRANCA DE XIRA – CÓPIAS DE OFÍCIOS REMETIDOS À ÁGUAS DE

PORTUGAL E PARPÚBLICA -----
----- **ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES FLORESTAIS DA REGIÃO DE ALCOBAÇA – FILIAL NO CENTRO DE NEGÓCIOS E INOVAÇÃO DE RIO MAIOR -----**
----- **RESULTADOS DOS CONCURSO “LA SELEZIONE DEL SINDACO” 2014 -----**
----- **MUNICÍPIO DE LOURES – MOÇÃO RELATIVA À VENDA DE AÇÕES DA VALORSUL -----**
----- **CIMLT – PARTICIPAÇÃO NA FEIRA NACIONAL DA AGRICULTURA -----**
----- **DIREÇÃO GERAL DO CONSUMIDOR – ALERTA SOBRE CONCURSOS TELEVISIVOS -----**
----- **ESCOLA PROFISSIONAL DE RIO MAIOR – PRÉMIOS NA VIII MOSTRA DE CIÊNCIA -----**
----- **ESCLARECIMENTO RELATIVO À ALTERAÇÃO DA LEI DA DEFESA DO CONSUMIDOR – REVOGAÇÃO DO ARTIGO 18º DO DECRETO-LEI N.º 24/2014, DE 14 DE FEVEREIRO – TRANSPOSIÇÃO DA DIRETIVA SOBRE OS DIREITOS DOS CONSUMIDORES – 2011/83/EU -----**
----- **MUNICÍPIO DE LISBOA – PRIVATIZAÇÃO DA VALORSUL -----**
----- **PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE A ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES E A CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES DE PAIS -----**
----- **REQUERIMENTO APRESENTADO PELO PCP PARA AUDIÇÃO DO PRESIDENTE DA COMISSÃO NACIONAL DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO PARA APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DAS COMISSÕES DE PROTEÇÃO -----**
----- O Vice-Presidente da Câmara apresentou os assuntos para conhecimento de acordo com a documentação e prestou uma breve explicação sobre os mesmos. -----
----- Apresentou ainda um Voto de Congratulação ao União Desportiva de Rio Maior que leu (anexo 1) e colocou a discussão. -----
----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----**
----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO -----**
----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----
----- Registou com agrado as menções honrosas e as medalhas conseguidas pelos produtores do concelho nomeadamente no que respeita aos vinhos, considerando que o filão agro-alimentar é um dos elementos estrategicamente estruturantes para o desenvolvimento económico e que talvez fosse importante retomar o compromisso antigo da criação da barragem sobre a ribeira de Alcobertas para o regadio da zona norte. -----
----- Fez ainda notar com agrado a firmeza de princípios da Associação Nacional de Municípios Portugueses relativamente ao que está a acontecer quer relativamente à privatização de EGF e aos problemas da rede hospitalar e da saúde e manifestou a sua preocupação pelos tempos que se avizinham. -----
----- **VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA -----**
----- Disse que o projeto megalómano que foi feito em 1986 nunca passou de um bluff

e que aquilo que na altura se falou, em várias reuniões, foi acerca da criação de um banco de terras em várias freguesias mas nunca passou de um projeto ambicioso com elevado custo sem qualquer previsão de execução. -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Confirmou que o projeto referido foi bandeira de diferentes governos e da expectativa que foi criada às associações de agricultores e aos agricultores do concelho. Disse que por motivos diversos o projeto foi abandonado mas que provavelmente se deveu ao facto de se contar com os fundos comunitários e que embora ainda tenham sido libertados alguns fundos e feitos alguns negócios o projeto não se concretizou. Demonstrou a sua tristeza se este projeto não se concretizar porque considera um projeto muito importante para o concelho de Rio Maior e que permitiria a utilização das terras de outra forma e a unidade agrária num concelho em que a propriedade é muito retalhada criando dimensão. Acrescentou ainda que um projeto com estas características poderia fomentar o interesse dos jovens agricultores por esta atividade e levar à diminuição do abandono das terras e à desertificação das aldeias. -----

----- **VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Também lamentou o abandono deste projeto e afirmou que sejam os anteriores executivos, seja o actual, todos têm tentado saber junto do poder central qual é o ponto da situação e que as respostas são cada vez mais evasivas. -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Considerou que existe um dado novo que convém ter em atenção uma vez que faz parte da prática política do Ministério da Agricultura a criação de bancos de terras como um elemento facilitador relativamente às dificuldades de emparcelamento. Saliu que seria importante que o executivo pressionar e manter viva a possibilidade de concretização mesmo não sendo uma prioridade. Afirmou que é notório que o concelho de Rio Maior se está a alterar do ponto de vista económico e também na forma como a agricultura começa a ter cada vez mais uma importância, em particular a agricultura familiar. Registou ainda os grandes avanços na produção de vinhos, produtos hortícolas e de estufas e que para o município era favorável continuar esse esforço de clarificação porque se trata de um importante empreendimento para o desenvolvimento agrícola. -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Deu conhecimento da reunião realizada com o responsável regional dos CTT para definir quais os constrangimentos que se têm sentido na distribuição do correio e informou que ficou acordado que seria entregue à câmara uma listagem dos mesmos e que até há data não foi ainda remetida. Informou ainda que já foram atribuídos números de policia em Fonte da Bica, Arco da Memória, Casal Filipe, parte da Venda da Natária, Marinhas do Sal, a Ribeira de São João está em análise na junta de freguesia, a parte sul da Estrada Nacional 114, Cabeço Centeio, Freiria, Avenida dos Combatentes, Rua das Flores, Rua da Paz, Rua Major Cabral Quadros, Rua do Barreiro, Rua da Torre e Rua D. Maria I. Disse ainda que neste momento está em fase de conclusão também o Alto da Serra e que foi mostrada abertura para ser alterado o plano de trabalho dos serviços da câmara se os CTT considerarem outras zonas prioritárias. -----

----- Comunicou também no final de maio se deu início a um projeto denominado como “Rio Maior Florida” que tem por objectivo mobilizar não apenas o comércio mas também a população para um melhor ambiente e uma cidade mais cuidada. Referiu que foi promovido um concurso de montras com a participação de cinquenta e quatro estabelecimentos comerciais e que foi também dado o primeiro passo para o mercado da flor que se pretende dar continuidade. Disse ainda que as escolas voltaram a contribuir para um evento da Câmara Municipal com a decoração da fachada da Casa Senhorial e disse que muito lhe agradou a participação de todos e referiu que por vezes são aqueles que mais responsabilidades têm que menos fazem. -----

----- Relativamente ao Dia Mundial da Criança informou que este ano contou com um formato diferente por ser a um domingo e em colaboração com a Desmor as piscinas estiveram abertas gratuitamente para crianças até aos dez anos acompanhadas pelos respetivos pais e as atividades com as escolas decorrem no dia 5 e 6 de junho, divididos entre o pré-escolar e o 1º ciclo o que proporcionou uma melhor organização das atividades. Salientou ainda a colaboração nesta atividade da Panpor, do Intermarché, da Nobre e da Unicer que ofereceram o lanche distribuído, dos escuteiros, da Escola Profissional, da Escola Secundária, da Escola Superior de Desporto, dos agrupamentos, da vencedora do concurso da voz de Abril, da Escola de Música da Asseiceira e nas atividades do 1º ciclo da Confederação das Colectividades que em parceria com o Montepio editaram um livro “A brincar vamos Associar” e o ofereceram a todos os alunos um exemplar. Agradeceu a todos os funcionários da autarquia que com o seu empenho conseguir fazer mais do que se esperava. -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Congratulou-se com a atividade que se encontra a decorrer nas Marinhas do Sal

e que considera de grande importância a valorização do *ex libris* do concelho e desejou que tudo corra pelo melhor e que estas iniciativas venham a demonstrar que é esse o caminho a seguir e que as Salinas terão mesmo que vir a ser consideradas como património nacional. -----

----- Relativamente ao modelo da organização do Dia Mundial da Criança disse que as atividades foram do inteiro agrado de todos e relevou a intensa participação dos jovens e dos professores e educadores e que isso só foi possível devido ao empenho e à competência dos trabalhadores da câmara municipal. Quanto à participação da Confederação de Colectividades disse que sempre que é possível participar e promover Rio Maior assim o fará. Deu conhecimento que se trata de um livro que pretende a divulgação e promoção dos jogos tradicionais portugueses e que se trata de uma iniciativa com o objectivo de se conseguir a classificação destes jogos como património imaterial. -----

----- Congratulou-se pelo facto de em Rio Maior os trabalhadores dos CTT reivindicarem as suas condições de trabalho e relativamente aos números de polícia no contacto que teve com os mesmos estes queixaram-se de faltarem números de polícia na Avenida dos Combatentes. -----

----- Questionou se houve desenvolvimentos relativamente à questão da saúde porque dos contactos que teve com os médicos soube que a situação do concelho de Rio Maior se está a agravar. -----

----- Por último solicitou esclarecimentos sobre o que foi publicado no Público sobre a reforma do Estado onde se fala da inauguração para dia 30 de junho do condomínio do cidadão em Rio Maior, suas instalações, equipamentos e trabalhadores alocados. --

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Manifestou o seu reconhecimento à Câmara pela forma como têm sido informados de todos os procedimentos relacionados com a Valorsul e a intenção do Governo de a privatizar à revelia dos interesses dos municípios, dos acordos feitos com os municípios e à revelia do próprio interesse das populações.

----- Solicitou informação acerca do ponto da situação da Unidade de Urbanismo na sequência do acidente do seu dirigente e até que ponto essa ausência tem causado constrangimentos e como é que está a ser suprida. -----

----- Relativamente à situação da correspondência e aos CTT agradeceu a informação prestada sobre o esforço que está a ser feito no sentido de minimizar o impacto dos procedimentos de atribuição de numeração de polícia e nesse sentido afirmou que o serviço público prestado pelos CTT foi habituando as populações à existência de um

grupo de carteiros que conheciam os lugares e as pessoas e que de alguma faziam chegar a correspondência de forma eficiente. Afirmou que de há uns anos a esta parte os correios têm recorrido a mão-de-obra barata, a contratos precários, degradando a qualidade do serviço público e remetendo para as câmaras a responsabilidade pela falta de números de polícia, a falta de toponímia e toda uma série de situações. Saliu que as questões de toponímia e de numeração de polícia não são se decidem e resolvem de repente e que têm inclusive outro tipo de implicações a nível de registos, da vida pessoal de cada um, do património e de uma série de instituições e que, independentemente de haver vontade de se fazer, é um trabalho moroso e que leva anos até ficar finalmente concluído. Considerou que até lá terão que ser realizadas reuniões com os CTT no sentido de os sensibilizar que se trata de um trabalho gradual e que não pode ser evocada essa situação para que a correspondência não chegue correctamente às pessoas. Aconselhou a que, independentemente da pressão que terá que ser feita no sentido de ter profissionais que façam a área de uma forma contínua e que se habituem a reconhecer os locais e as pessoas, também os munícipes possam ajudar colocando o nome das pessoas residentes nas caixas de correio e que a partir daí talvez mais fácil ultrapassar estas dificuldades. -----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Referiu-se à sessão comemorativa do Centro de Negócios e Inovação de Rio Maior de forma positiva dizendo que aquele espaço é fundamental para fomentar a criação de emprego e o desenvolvimento económico do Município considerando que foi já desenvolvido algum trabalho positivo. Solicitou um relatório de atividades desenvolvidas pelo centro de negócios porque considerou que seria interessante todo o executivo ter acesso a esse relatório executivo acerca das atividades, parcerias, criação de negócios e de empresas e ações que possam estar pensadas e calendarizadas. -----

----- Acerca do evento a decorrer nas Marinhas do Sal disse que o mesmo é louvar por promover o *ex libris* do concelho e considerou que tudo aquilo que se possa fazer para valorizar as Salinas é benéfico e que todos devem estar unidos nessa demanda de conseguir que as Salinas e todo o sector agro-alimentar sejam valorizados de forma a captar visitantes e novos investimentos. -----

----- Ainda sobre a projeção de Rio Maior e da sua marca para o exterior falou da presença do município na Feira Nacional da Agricultura no espaço da CIMLT e esperou que as empresas do concelho possam representar bem o município. Acerca

da programação do evento disse que em relação a Rio Maior a descrição é bastante genérica das atividades que irão acontecer e que seria interessante haver um conteúdo mais detalhado sobre as atividades que irão representar Rio Maior, assim como das empresas, instituições e associações que lá estarão representadas. -----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Relativamente à denominação de condomínio do cidadão disse que a referência deve ser à Loja do Cidadão e que outra denominação que não essa não é do conhecimento do executivo. -----

----- Quanto ao Centro de Negócios e Inovação de Rio Maior disse que foi feita uma sessão comemorativa do primeiro ano em que se apresentou o site, a página do facebook, onde foi feito um balanço daquilo das atividades desenvolvidas e considerou que o ponto alto dessa cerimónia foi o testemunho positivo de empresas instaladas no centro de negócios e que têm o seu apoio. Afirmou que o centro de negócios tem vida pelo conjunto de entidades que ali estão instaladas que se completam entre si, tal como o Gabinete de Inserção Profissional, e o CLDS+ que levam a passem por lá, por vezes, mais de duzentas pessoas por dia. -----

----- Referindo-se à situação que se passa com os CTT e a distribuição de correspondência afirmou que quando estes foram criados não existiam números de polícia e as essas condições não impediram que o serviço fosse feito. Considerou que o serviço público deve ser realizado com as condições existentes no momento e que é inadmissível que sejam colocadas comunicações nas caixas de correio a informar que a partir de certa data não será garantida a entrega correspondência se não existirem números de polícia. Congratulou-se com o esforço que está a ser feito pela Vereadora do Pelouro e pelos serviços no sentido de uma forma acelerada serem atribuídos e colocados os respetivos números de polícia porque este é um processo gradual e que moroso. Afirmou que a posição dos CTT, como serviço público, é inadmissível e que estes devem prestar o serviço para o qual foram criados. -----

----- Terminou dizendo que, na sequência do acórdão do Tribunal Constitucional sobre os cortes, a Câmara Municipal, no cumprimento da lei, vai repor os valores já no mês de junho. -----

----- **VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Convidou todos os vereadores para estarem presentes durante o dia na Feira Nacional da Agricultura uma vez que é o dia do Município e esclareceu que no documento divulgado não vem a descrição detalhada porque se considerou ser um risco grande estar a definir uma hora e depois não se realizar a essa hora devidos aos

naturais atrasos que ocorrem sempre em eventos desta envergadura. Informou que foram convidadas muitas empresas do concelho e nomeou algumas daquelas que efectivamente lá irão estar presentes. -----

----- Continuou dizendo que o concelho, mais uma vez, está de parabéns pela qualidade de excelência que os vinhos aqui produzidos têm vindo a atingir e que a Quinta da Badula, com um vinho de 2010, ganhou no concurso em Itália, onde estavam presentes cerca de quatro mil vinhos, a medalha de ouro das três que vieram para Portugal para além de ter ganho também uma medalha de prata. Disse ainda que isto prova todo o trabalho que tem sido feito em prol da agricultura, da cultura da vinha e que neste momento o concelho está a atingir resultados muito interessantes. -----

----- Convidou todos os vereadores para o evento dos Templários nas Marinhas do Sal e para a abertura oficial do mesmo. Referiu-se a todo o trabalho desenvolvido pelos serviços da câmara, os salineiros e toda a comunidade envolvido e ao empenho para que o certame tenha grande dignidade, certame este que faz parte de uma estratégia que tem sido seguida pelo executivo no sentido de divulgar as Salinas. Referiu ainda o facto de esta atividade se incluir numa candidatura em que a Câmara aparece como parceiro não ativo num contrato assinado entre o Turismo do Alentejo e Ribatejo e a empresa que é a mentora deste projeto. -----

----- Informou que na sequência do assunto da Panpor que foi presente a reunião de Câmara para desafetação de áreas do domínio público na Zona Industrial e do compromisso de alcatroamento do arruamento alternativo de acesso, o mesmo está já concluído. -----

----- Relativamente ao Centro de Negócios e Inovação de Rio Maior endereçou os parabéns ao vereador responsável pela área por todo o trabalho desenvolvido e que em colaboração com técnicos do município tem sido o grande dinamizador daquele centro. -----

----- Convidou os vereadores para a atividade que se realizará na Biblioteca Municipal promovida pela Fundação António Quadros e também para a visita do Ministro do Desporto da República Popular da Argélia, numa iniciativa que considera que poderá levar bem longe o nome do concelho. -----

----- Informou ainda que a passadeira já está em funcionamento na Avenida Mário Soares e desejou que seja mais um elemento dissuasor de acidentes, que relativamente à sinalética o concurso já foi adjudicado e espera-se que até ao final de julho seja colocada e que o Centro Escolar de Fráguas estará concluído no final do mês junho se tudo correr como planeado. -----

----- Acerca da notícia que fez referência ao condomínio do cidadão disse não saber do que se trata e que com toda a certeza o Secretário de Estado que o disse poderá explicar do que se trata, e que aquilo que poderá ter originado essa referência é o facto de esta ser a primeira loja do cidadão em que haverá a integração de serviços num edifício da câmara municipal e que irão pagar uma renda simbólica por essa ocupação. Quando à Loja do Cidadão disse que a sua inauguração será dia 30 de junho às 16 horas e convidou, desde logo, todos os vereadores. Lembrou ainda que irão existir dois pontos do cidadão que permitirão uma pequena descentralização de serviços para as juntas de freguesia faltando agora definir em quais as duas freguesias que os irão receber. Deu conhecimento que o trânsito na Praça do Comércio irá ser restringido e disciplinado ficando disponíveis alguns lugares para os utentes, para deficientes e para a ambulância. -----

----- **VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Colocado a votação, o voto de congratulação foi **aprovado por unanimidade** dos presentes. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **PONTO I - DESPACHOS AO ABRIGO DO DISPOSTO NO N.º 3 DO ARTIGO 35º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO** -----

----- **DESPACHO N.º 24/2014, DE 23 DE MAIO – CERTIFICAR AUMENTO DE COMPROPRIEDADE** -----

----- O Vice-Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é ratificar o despacho n.º 24/2014, exarado pelo Vice-Presidente da Câmara, no dia 23 de maio do corrente ano, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, pelo qual se determinou certificar que não se vê inconveniente na realização do negócio jurídico pretendido para o prédio rústico, sito em Ribeira dos Moinhos, freguesia de Fráguas, inscrito na respectiva matriz sob o artigo 1 da secção D, desde que daí e no que diz respeito a loteamentos e destaques, não resulte qualquer violação às disposições contidas no Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **DESPACHO N.º 27/2014, DE 04 DE JUNHO – CERTIFICAR VIABILIDADE CONSTRUTIVA** --

----- O Vice-Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é ratificar o despacho n.º

27/2014, exarado pelo Vice-Presidente da Câmara, no dia 4 de junho do corrente ano, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, pelo qual se determinou certificar que para os prédios urbanos inscritos da matriz sob os artigos 1795 e 1796 existe viabilidade construtiva. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO II – NOMEAÇÃO DE COMISSÃO DE VISTORIAS** -----

----- O Vice-Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é que a comissão de vistorias tenha a seguinte composição: Jorge Heitor Sousa Gomes da Silva Peixoto, Chefe da Unidade de Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território; Ricardo Nuno Bento Rosário, Chefe de Unidade de Obras Públicas, Espaços Públicos, Equipamentos e Apoio às Freguesias; Maria Clara Nota Ramalho Esperto, Técnica Superior. Mais deliberou que nas faltas e impedimentos dos membros efectivos devem ser as suas substituições ser feitas pelos seguintes membros suplentes, pela seguinte ordem: Francisco José Ferreira Serra, Técnico Superior; Francisco Manuel Rodrigues Silvestre, Fiscal Municipal; Fernando José Pascoal Neves, Fiscal Municipal. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Questionou se esta constituição apenas decorre do facto da impossibilidade física de se poder reunir ou se esta comissão nova tem algum relatório de avaliação anterior para se formar nova comissão de avaliação. -----

----- **VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Esclareceu que esta nova constituição se deve ao facto de haver elementos da anterior que não estão actualmente em funções na Câmara Municipal. -----

----- Aproveitou a ocasião para informar que relativamente à actual situação da Unidade de Urbanismo e ao facto do seu dirigente estar temporariamente fora de funções devido a um acidente a sua substituição estar a ser assegurada pelo Chefe de Unidade de Obras Públicas, Espaço Público, Equipamentos e Apoio às Freguesias, os pareceres técnicos são assegurados pela arquitecta em funções e não existe, até ao momento, constrangimentos nos procedimentos normais. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO III - LICENCIAMENTO DE OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO EM NOME DE PEDRO FÉLIX BENTO – DESERÇÃO DE PROCEDIMENTO** -----

----- O Vice-Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é declarar deserto o procedimento ao abrigo do artigo 111º do Código de Procedimento Administrativo.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO IV - CERTIDÃO DE VIABILIDADE CONSTRUTIVA DE PRÉDIO SITO EM FONTE DA BICA NA FREGUESIA DE RIO MAIOR EM NOME NUNO LUCAS – CONSTRUÇÃO CIVIL, SOCIEDADE UNIPESSOAL, LDA.** -----

----- O Vice-Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é certificar que para o prédio urbano inscrito na matriz sob o artigo 983 sito em Fonte da Bica, freguesia de Rio Maior, existe viabilidade construtiva. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO V - ADJUDICAÇÃO PARA CONCESSÃO DO DIREITO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇOS COMERCIAIS NO MERCADO MUNICIPAL DA CIDADE DE RIO MAIOR** -----

----- O Vice-Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é aprovar a minuta de contrato de concessão do direito de ocupação da banca n.º 13, do tipo I (talho) no mercado municipal da cidade de Rio Maior. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO VI - BOLSAS DE ESTUDO PARA ALUNOS DO ENSINO SUPERIOR/PRIMEIRA ATRIBUIÇÃO – LISTA DEFINITIVA DE BOLSEIROS** -----

----- O Vice-Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é aprovar a lista definitiva à primeira atribuição de bolsas de estudo para alunos do ensino superior.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO VII - CONSTRUÇÃO DE CRECHE DE MALAQUEIJO – PROCESSO DE LIBERAÇÃO DE CAUÇÃO AO ABRIGO DO DECRETO-LEI N.º 190/2012, DE 22 DE AGOSTO** -----

----- O Vice-Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é aprovar a redução de 75% da caução da empreitada, correspondendo a uma redução da garantia bancária no montante de 12.002,93€ e à restituição do depósito bancário no montante 12.720,79€. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Questionou acerca das anomalias detectadas na construção e ao facto de constar no relatório que não há nenhum impedimento nesta liberação e se o valor restante para garantir a caução é para caso da empresa não fazer dentro do prazo limite as obras necessárias. -----

----- **VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Confirmou que o valor remanescente é para assegurar essa situação até à liberação total. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO VIII - APOIO À MELHORIA DAS CONDIÇÕES HABITACIONAIS DE ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS – PROPOSTA DE CABIMENTAÇÃO, DEFERIMENTO E INDEFERIMENTO DE CANDIDATURAS E APROVAÇÃO DE MINUTA DE ACORDO** -----

----- O Vice-Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é indeferir as seguintes candidaturas apresentadas: N.º 004/2014 - Elisabete de Almeida Santos Boavida; N.º 005/2014 - José Augusto de Jesus Peixoto Madaleno; N.º 006/2014 - Maria Elisabete Canha de Freitas; N.º 007/2014 – Bernardino Carvalho Leal; N.º 008/2014 - Isilda da Conceição Inácio Silva Santos e deferir as seguintes candidaturas apresentadas: N.º 001/2014 – Ana Clara da Conceição Costa Gomes Barbosa; N.º 002/2014 – Ezequiel Francisco Carvalho Ferreira. Mais deliberou aprovar as respectivas minutas de acordo (protocolo) conforme previsto no n.º 4 do artigo 10º do regulamento. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Ressalvou a minúcia e a descrição pormenorizada do relatório e dada a dificuldade que há em tomar decisões no que toca a pessoas em particular considerou que o documento está muito bem elaborado. Sugeriu que aquelas candidaturas que em alguns casos não foram aceites, que pudesse haver algum apoio a estes municípios que não vendo agora consagrado o apoio da câmara municipal pudessem no futuro, depois de regularizarem as situações, beneficiar do mesmo. -----

----- **VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Disse que irão haver novos períodos de candidatura e que nesse tempo as pessoas terão tempo suficiente para colmatar as falhas que agora apresentaram ao nível da candidatura. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO IX - COMPARTICIPAÇÕES FAMILIARES DEFINIDAS PARA UTILIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE APOIO À FAMÍLIA EM ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR – ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E DE APOIO À FAMÍLIA – PROLONGAMENTO DE HORÁRIO ANO LETIVO 2014/2015** -----

----- O Vice-Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é aprovar a comparticipação familiar proposta na tabela constante do anexo III para o ano letivo de 2014/2015. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Frisou que de há anos a esta parte os valores não se têm alterado e que apesar de estarem atribuídos escalões cujo valor se indica sempre que os alunos sejam objecto de casos sociais nem esse valor é aplicado, sendo a expensas do município na sua totalidade. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO X - GABINETE DE INSERÇÃO PROFISSIONAL (GIP) – ADITAMENTO AO CONTRATO DE OBJECTIVOS ENTRE O IEFP, IP E O MUNICÍPIO DE RIO MAIOR** -----

----- O Vice-Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é aprovar a minuta de aditamento ao contrato de objectivos entre o IEFP, IP e o Município de Rio Maior. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Referiu que são acordos de três em três meses e de seis em seis meses e questionou o que é que determina que estes acordos não tenham um tempo mais alargado. Questionou ainda porque é que estes acordos não têm um espaço de temporal definido e qual o conhecimento que a autarquia tem desta difícil gestão quer para a autarquia quer para a população em geral. -----

----- **VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Concordou com o que foi dito e disse que a informação que a câmara possui é que irá haver uma reformulação geral deste tipo de situações e que em face disso vai-se gerindo a situação desta forma. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes com uma abstenção. -----

----- Declaração de Voto do **Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo**, que se transcreve na íntegra: -----

----- “Abstive-me no sentido de dar um sinal político que o Governo não pode continuar com este “empurrar para as autarquias” e gerir a sua vida a seu belo prazer já que esta, como disse o Senhor Vice- presidente, esta postura não é boa para ninguém, muito menos para a autarquia que tem que estar sempre disponível para aceitar os prazos impostos pelo Governo.” -----

----- **PONTO XI - ACORDOS DE EXECUÇÃO E CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS COM AS JUNTAS DE FREGUESIA – APROVAÇÃO DE MINUTAS** -----

----- O Vice-Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é submeter à Assembleia Municipal para efeitos de autorização, as propostas de celebração dos acordos de execução e contratos interadministrativos para concretização da delegação de competências nas juntas de freguesia previstas no citado diploma legal. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Iniciou por dizer que este é um daqueles pontos que caracteriza não só a política autárquica mas também a política do governo, e que na história do poder local democrático, a força política que representa, foi sempre aí que encontrou quem defendesse e promovesse o princípio da delegação de competências nos municípios e nas juntas de freguesia, para se conseguir um melhor serviço de proximidade que as populações têm direito. Continuou dizendo que essa delegação foi concretizada ao longo dos tempo através de protocolos que se fundamentavam no interesse objetivo do contrato a estabelecer por acordo entre as partes, bem como na previsão das verbas necessárias ao cumprimento desses poderes delegados e deu origem à dinâmica a que hoje se assiste ao longo do país e no concelho de Rio Maior, numa perspectiva de procurar melhor servir os cidadãos em relação à proximidade. Contudo, disse, a nova Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro veio atribuir novas competências às juntas de freguesia, como por exemplo a manutenção de caminhos, arruamentos e pavimentos pedonais, que se fossem entendidos em sentido lato seriam inaplicáveis porque não poderia ser concretizada por qualquer uma das freguesias. Referiu que no concelho de Rio Maior o encargo financeiro que lhe está afecto é 1% do IMI urbano e os restantes 50% do IMI rústico, chamando à atenção que há duas freguesias que não recebem nada de IMI rústico, nomeadamente a Asseiceira e São Sebastião, referindo

também a redução substancial da participação das freguesias nos recursos públicos do estado no quadro da nova lei das finanças locais. Continuou dizendo que o bom sendo e o sentido de responsabilidade de quem está nas autarquias, e não vê a descentralização a não ser como uma forma de elevação das condições de prestação de serviço público, recomendam que se encontrem os procedimentos que compatibilizem a aplicação da lei com os princípios que sempre foram defendidos no exercício da função e que são condições de concretização deste objetivo. Acrescentou que a assunção das novas responsabilidades por parte das juntas de freguesia, nas suas competências materiais, só devem ser exercidas quando a freguesia seja proprietária dos equipamentos ou dos bens, o que significa que tudo o que não for da sua dominialidade deve ser objeto de contrato de delegação de competências com o município nos termos que agora se observam. Referindo-se ao concreto dos documentos em apreciação disse que deve ser tido em conta que a câmara de Rio Maior optou apenas por dois dos três instrumentos de ação, os acordos de execução e os contratos interadministrativos e que foram objeto de negociação entre as diversas partes nomeadamente os presidentes de junta e o executivo camarário em mais do que uma reunião, e que os segundos estão sujeitos à realização de estudos que permitam aferir se estão cumpridos os princípios impostos na lei e a adequação dos meios financeiros às competências delegadas. -----

----- Afirmou que o partido do qual faz parte e a coligação pela qual foi eleito são contra a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro porque é contra a autonomia do poder local e exigindo cada vez mais reduzindo as verbas dos impostos que estavam adstritas às câmaras e às freguesias, diminuindo os recursos humanos, aumentando as responsabilidades. Relativamente aos acordos disse haver duas notas com as quais discorda, sendo a primeira o facto de voltar a ser por quatro anos e a segunda o facto de considerar que as juntas de freguesia deveriam ter um papel de maior reivindicação, porque verificado o rácio, quer nos acordos de execução quer nos contratos interadministrativos entre o que é o orçamento da Câmara e o que é transferido para as juntas, não irá gerar aumento da despesa pública. -----

----- Reforçou a ideia que cada vez mais descentralizar é um acto de inteligência na gestão e atendendo a que a câmara tem cada vez menos recursos do ponto de vista humano, nomeadamente nas equipas de rua, é um ato de inteligência descentralizar. Referiu que, no entanto, a descentralização aqui verificada não vai muito longe, certamente por impossibilidade, reduzindo-se à manutenção e reparação das vias, à sinalização rodoviária com um valor simbólico, à requalificação do meio rural, esta já

com uma parte bastante significativa da orçamentação, à gestão e manutenção dos edifícios municipais, a protecção civil a apenas uma freguesia e ainda a manutenção de escolas e edifícios escolares que no curto prazo deixarão de estar em utilização. ---

----- Afirmou que o documento vem atrasado mas que é a própria lei que assim o permite e que o facto de se estar no ano da mudança significa que as juntas de freguesia irão ter certamente muita dificuldade, face a estas políticas, para cumprir o seu desiderato. Terminou dizendo que é altura de exigir a mudança desta política, a mudança deste governo, mas acima de tudo o embuste que foi dado de que com a união das freguesias se iria rentabilizar, aumentar receitas, governar melhor, considerando que aquilo que se verifica é exactamente o contrário, ou seja, o que se verifica é que não tarda a que as populações do concelho e do país a lutar pela reposição das freguesias até para que as câmaras possam delegar melhor a sua governação. -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Afirmou que esta reforma administrativa, a seu ver, não está a surtir os efeitos que se desejavam e esperavam. Considerou que esta reforma que criou expectativas, a ideia que haveria mais recursos para as freguesias, novas competências, mais valores, mais capacidade de intervenção e infelizmente isso não se verificou e, por isso, reconheceu a boa vontade da Câmara Municipal de Rio Maior que foi que fiel a uma prática de longos anos de delegação de competências e tentou minimizar estes impactos. Disse que esta lei não serve e que toda a esperança que foi semeada não vai colher, continuando os presidentes de junta a lutar por melhores condições e o executivo municipal, com os seus magros recursos, a tentar fazer o melhor, a ser solidário com os diferentes presidentes de junta, a tentar minimizar o impacto, afirmando que terá que haver uma nova prática, uma nova lei e uma nova política de descentralização com mais recursos. Indicou o sentido de voto como favorável para não prejudicar ainda mais as juntas de freguesia e referiu que esta aprovação tem o reconhecimento do trabalho que foi feito pelo executivo e o respeito por esse trabalho, mas salientou que falta o essencial, os recursos. -----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Iniciou por se referir à atuação do anterior executivo nesta matéria com a elaboração de protocolos para quatro anos e considerou que este foi um passo no sentido de estabilizar as expectativas da juntas de freguesia não estando estas sempre à espera, ano para ano, qual seriam as competências delegadas sendo apenas os valores variáveis ano para ano de acordo com o orçamento da Câmara. Referiu que é esta a prática que é seguida neste mandato. Continuou dizendo que a

nova lei levantou muitas dúvidas a todos os envolvidos e foram realizadas inúmeras reuniões com todos os intervenientes para esclarecimentos e para transpor as dificuldades na interpretação e na aplicação da mesma. Disse que não obstante continuarem a existir algumas dúvidas chegou-se a um consenso e foram iniciadas as conversações entre a câmara municipal e as juntas de freguesia que levou algum tempo, não por não se chegar a acordo mas para se entender bem aquilo que seriam as competências legais e aquelas que seriam delegáveis pela câmara e para se tentar que essa delegação incluísse meios humanos e financeiros que permitisse às juntas executar essas mesmas competências assim como tentar-se que os valores previstos fossem os mais reais possível como é disso exemplo os valores calculados para as despesas com os diferentes centros escolares. Acrescentou ainda que o prazo previsto na lei para a execução destes acordos e contratos serviu para fazer os estudos necessários e também para haver uma meta temporal para que as delegações fossem realizadas, embora, em rigor, não exista penalização prevista para o não cumprimento do mesmo. Congratulou-se pelo esforço da câmara e das juntas em acordar os termos dos documentos que são presentes para aprovação numa perspectiva de equidade e rigor. Saliou ainda que pela primeira vez irá ser delegada uma competência na área da protecção civil o que revela que existem áreas que podem vir a ser delegadas nas juntas de freguesia quando assim se considerar mais favorável. -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Solicitou acesso aos estudos de padronização de custos. -----

----- **VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Respondeu que os estudos feitos foram aqueles que foram disponibilizados antes do início da reunião. -----

----- De seguida agradeceu a todos os presidentes de junta, aos técnicos da câmara, ao executivo e ao Chefe de Gabinete a colaboração e disponibilidade demonstradas que resultou num acordo realista que permita o cumprimento das partes. Saliou que é preferível um acordo bem ponderado e em que ambas as partes querem dignificar e cumprir do que um acordo inverosímil e impossível de cumprir. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes com uma abstenção. -----

----- Declaração de Voto do **Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo**, que se transcreve na íntegra: -----

----- “O meu voto de abstenção é fundamentalmente um voto de coerência e um voto de sinal político, porque respeito o trabalho feito pela câmara municipal, pelos

técnicos, pelos senhores presidentes de junta que foram ouvidos, mas nós temos que demonstrar que é preciso, é imperioso, tornar esta Lei 75 revogável e que os meios a que as juntas e as câmaras tenham direito, têm direito, pela lei, sejam aplicados, daí a minha abstenção.” -----

----- Declaração de Voto do **Vereador Carlos Alberto Nazaré Almeida subscrita pelo Vereador Daniel Alexandre Pulquério Pinto**, que se transcreve na íntegra: -----

----- “Votamos favoravelmente esta proposta no sentido de não prejudicar ainda mais as juntas de freguesia porque de facto a Lei 75 e toda esta solução não correspondeu de facto à expectativa criada, reconhecendo contudo o esforço do executivo e o esforço das juntas de freguesia de tentarem chegar a um acordo dentro dos fracos recursos existentes.” -----

----- **VICE - PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Nos termos do n.º 5 do artigo 27º do Regimento de Funcionamento da Câmara Municipal, propôs a aprovação em minuta dos assuntos aprovados na presente reunião. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- Quando eram onze horas e trinta minutos, o Vice-Presidente da Câmara Municipal deu por encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual, e para constar, se lavrou minuta parcial para efeitos imediatos e a presente ata que vai ser apresentada na reunião seguinte para aprovação global, assinada pelo Vice-Presidente da Câmara e por mim, Maria de Lurdes Martins Violante, Chefe de Divisão da Unidade Administrativa e Recursos Humanos, que a redigi. -----

O VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA: _____

A CHEFE DE DIVISÃO DA UNIDADE ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS: _____